



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MSP - POLÍCIA FEDERAL  
SERVIÇO DE PERÍCIAS CONTÁBEIS E ECONÔMICAS - SEPCONT/DPER/INC/DITEC/PF

## PROJETO BÁSICO

### 1 – DO OBJETO

1.1 - Contratação de instituição de ensino (**FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras**) responsável por ministrar ação de capacitação, na modalidade de curso *online*, sobre **Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS)**, abordando os temas: Relatórios Financeiros; Ativo; Obrigações, Receitas, Contratos de Construção e Concessões; Grupos de Empresas e Instrumentos Financeiros; e IFRS para Pequena e Média Empresa.

### 2 – DA JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE

2.1 – O Brasil passou a adotar as Normas Internacionais de Contabilidade, mais comumente conhecidas como International Financial Reporting Standards (IFRS), a partir de 2008, com a promulgação da Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Esse fato trouxe implicações relevantes na qualidade da informação contábil em termos de: reconhecimento dos eventos econômicos que afetam o patrimônio contabilizado; da mensuração desses eventos; da divulgação das informações contábeis por meio de seus principais relatórios; entre outros.

2.3 - Nesse sentido, o Curso *On-line* de Extensão em IFRS, da FIPECAFI - Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras, visa qualificar tecnicamente os peritos da Polícia Federal, por meio de uma formação conceitual e prática, acerca das principais mudanças ocorridas na prática contábil brasileira.

2.4 - Com essa ação de capacitação, busca-se a atualização do corpo pericial com conhecimentos acerca das inovações na contabilização do patrimônio, necessários no enfrentamento dos exames periciais relativos a crimes contábeis-financeiros.

2.5 - Outro aspecto importante, que deve ser destacado, é a oportunidade de capacitar um número considerável de servidores de forma menos onerosa para a Administração Pública. Por se tratar de um curso da modalidade ensino a distância, não há custos de diárias e passagens para 30 (trinta) servidores distribuídos por diversas unidades de Criminalística, isso sem levar em conta a capilaridade do alcance da capacitação.

### 3 – OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1 - Promover o aprimoramento profissional dos servidores da PF, especialmente dos peritos criminais da área contábil financeira, proporcionando a formação, capacitação e atualização dos servidores em assuntos relevantes da respectiva área de conhecimento.

### 4 – RELAÇÃO DEMANDA X QUANTIDADE

4.1 - Há 255 PCFs registrados no SISCRIM da área de ciências contábeis e econômicas, sendo que a ampla maioria graduou-se e prestou concurso para a Polícia Federal antes das alterações

para adequação às Normas Internacionais de Contabilidade ocorridas em 2008, de modo que há carência considerável de conhecimento sobre os assuntos objeto do curso.

4.2 - Observa-se que em 2014 a PF contratou o referido curso, tendo sido inscritos 46 PCFs, de modo que essa contratação representa uma ampliação do quantitativo de peritos com o conhecimento, porém ainda aquém do ideal.

4.3 - A lista inicial de participantes incluía 37 PCFs que atuam na área contábil-financeira e 3 APFs formados em ciências contábeis e que atuam na área de combate a crimes financeiros. Com a alteração da proposta para 30 alunos, serão definidos os participantes, sendo preferencialmente PCFs.

4.4 - Registra-se, ainda, que a FIPECAFI, a pedido deste SEPCONT/INC, apresentou proposta no valor de R\$ 85.500,00 para oferecimento da capacitação para até 30 alunos.

## **5 – DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

5.1 - A inexigibilidade de licitação ocorre quando há inviabilidade de competição, tendo em vista que algum dos competidores reúne qualidades tais que o tornam único, exclusivo.

5.2 - A Lei 8.666/1993, em seu artigo 25, inciso II, permite que a contratação de empresa visando a capacitação dos servidores formalize-se através da Inexigibilidade de Licitação, em especial para a contratação de serviço exclusivo, conforme transcrição abaixo:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

(...)

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

(...)

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

(...)

VI - treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

5.3 - Em Decisão n.º 578/2002 do Plenário do Tribunal de Contas da União, a Corte de Contas assim se pronunciou:

Considere que as contratações de professor, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, **bem assim a inscrição de servidores para**

**participação de cursos abertos a terceiros, enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei n.º 8.666/1993.**

## **6 – DA CONTRATAÇÃO DO EVENTO**

6.1 – A escolha da FIPECAFI deve-se ao reconhecido padrão dessa instituição em capacitar profissionais que atuam na área contábil.

6.2 - O evento especificado apresenta valor total de R\$ 85.500,00, para até 30 (trinta) participantes, que dá um valor unitário de R\$ 2.850,00 por servidor capacitado, se preenchidas todas as vagas.

6.3 - Em relação ao preço, considera-se as seguintes informações:

- Notas fiscais (doc. 08200.319877/2016-01), no valor total de R\$100.000,00 para até 46 alunos, valor por aluno de R\$2.173,91. O curso que se pleiteia, em 2018, custa R\$85.500,00 para 30 alunos, valor por aluno de R\$2.850,00;
- Nota Fiscal (doc. 4855757) relativa a contratação, em dezembro de 2016, pela Receita Federal de curso similar de 89 horas para 6 alunos, no valor total de R\$10.560,00. Proporcionalmente, se esse curso fosse de 184 horas, igual ao que se pretende contratar, sairia pelo valor de R\$21.831,91 para os 6 alunos. Assim, para cada aluno, esse curso custaria R\$3.638,65;
- Nota Fiscal (doc. 4855760) relativa a contratação, em maio de 2017, pela empresa Agropecuária Locks Ltda de curso similar de 89 horas para 1 aluno, no valor total de R\$2.200,00. Proporcionalmente, se esse curso fosse de 184 horas, igual ao que se pretende contratar, sairia pelo valor de R\$4.548,31.

6.4 - Considerando-se a proposta apresentada, tem-se que a hora-aula no curso ora pretendido custa R\$ 15,49 por aluno ( $R\$ 85.500,00 / 30 \text{ alunos} / 184 \text{ horas-aula}$ ). A própria FIPECAFI anuncia o curso, incluído o módulo de NIA (Normas Internacionais de Auditoria), com um total de 243 horas-aula, pelo valor de R\$ 3.400,00 por aluno, que dá uma hora-aula de R\$ 13,99 (<http://www.fipecafi.org/Cursos/DetalheCurso?cursold=547>). Contudo, há que se considerar que o curso oferecido no site, embora possua vídeo-aulas, não é ministrado por meio de aulas-chat, como é previsto no curso ora pretendido.

6.5 - Como exemplo de comparação com outra instituição de renome, a Fundação Getúlio Vargas anuncia cursos de 30 horas-aula por R\$ 920,00, dando R\$ 30,67/hora-aula (Gestão Contábil Financeira; Auditoria Interna; e Finanças Corporativas). A mesma instituição anuncia o curso Série Executiva em Finanças, (online, mas com provas presenciais), com 120 horas-aula, por R\$ 6.008,73, que dão R\$ 50,07/hora-aula. (fonte: <http://www5.fgv.br/curtamediaonline/>)

6.6 - Assim, entende-se que o preço está adequado, estando inclusive, proporcionalmente, abaixo de outros cursos contratados por órgãos da Administração Pública e empresas privadas junto à FIPECAFI.

## **7 – DA EVIDÊNCIA DA NOTORIEDADE E SINGULARIDADE**

7.1 - A doutrina e a jurisprudência conceituam serviço de natureza singular como aquele que guarda certo grau (maior do que o normal) de complexidade a justificar a contratação de um profissional ou firma de notória especialização. Essa notória especialização vai além da simples especialização, pois apresenta complexidades que fogem da atuação padrão e comum, e deverão ser enfrentadas pelo profissional a ser contratado.

7.2 - Não se pode olvidar da notoriedade de especialização da instituição FIPECAFI, tendo como diferencial a excelência na qualidade de sua equipe de professores, com o objetivo de transmitir

aos participantes as definições a respeito da matéria contábil, visando assim o aprimoramento dos demais participantes do evento.

7.3 – Destaca-se que a contratação da FIPECAFI para ministrar o curso se dá em razão da excelência e referência nacional da instituição na área objeto da capacitação. Nesse sentido, destacamos que:

1) A FIPECAFI possui participação no Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) (Fonte: <http://www.cpc.org.br/CPC/CPC/Conheca-CPC>). Criado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) por meio da Resolução CFC nº 1.055/05, o CPC tem como objetivo "o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais";

2) Em publicações editoriais, a FIPECAFI possui parceria com a GEN (Editora Atlas) com as seguintes publicações da instituição e de seus professores na área contábil (foram consideradas somente as principais publicações, e não foram incluídos os livros nas áreas financeira e gerencial):

- <http://www.grupogen.com.br/manual-contabilidade-societaria>
- <http://www.grupogen.com.br/manual-de-normas-internacionais-de-contabilidade>
- <http://www.grupogen.com.br/manual-de-contabilidade-e-tributacao-de-instrumentos-financeiros-e-derivativos>
- <http://www.grupogen.com.br/ifrs-brasil>
- <http://www.grupogen.com.br/analise-avancada-demonstracoes-contabeis>
- <http://www.grupogen.com.br/teoria-contabilidade-26999>
- <http://www.grupogen.com.br/analise-didatica-demonstracoes-contabeis>
- <http://www.grupogen.com.br/avaliacao-empresas>
- <http://www.grupogen.com.br/contabilidade-sociedades-cooperativas>
- <http://www.grupogen.com.br/demonstracao-valor-adicionado-como-elab-anal-dva>
- <http://www.grupogen.com.br/contabilidade-sociedades-cooperativas>

3) Em publicações periódicas, destaca-se:

- Revista Exame: A Revista Exame “Melhores e Maiores” é compilada segundo a análise técnica da equipe FIPECAFI. Esse trabalho consiste numa pesquisa realizada todos os anos por uma equipe de 17 profissionais que selecionam as 1.000 maiores empresas do Brasil, pelo critério do desempenho da receita líquida em dólares, excluídas as empresas do setor financeiro. O projeto inclui pontuação de diversos ângulos da excelência empresarial (Crescimento de Vendas, Liderança de Mercado, Liquidez Corrente, Rentabilidade do patrimônio e Riqueza Criada por Empregado), pelos quais são escolhidas as melhores empresas de diversos setores da economia. A parceria Revista Exame/FIPECAFI vem desde 1996 e une o alto rigor técnico da pesquisa à liderança da Revista EXAME como revista de negócios de excelência.  
Fonte: <http://www.fipecafi.org/Consultoria/maiores.html>
- Revista Contabilidade & Finanças (RC&F): A Fipecafi promove o suporte financeiro a Revista Contabilidade & Finanças (RC&F). A RC&F é uma publicação quadrimestral, de acesso aberto, gratuita para autores e leitores, ligada ao Departamento de Contabilidade e Atuária da FEA/USP. O periódico é uma continuação do Caderno de Estudos, publicado a partir de 1989. A partir do volume 23 de 2012, tem sido publicada em português e inglês, eletronicamente, de forma concomitante. A RC&F tem como missão a divulgação de produção científica inédita e relevante na área de Contabilidade, Controladoria, Atuária e Finanças, produzida por professores, pesquisadores, alunos e profissionais do Brasil e do exterior, selecionada exclusivamente com base em qualidade e efetiva contribuição para o desenvolvimento do conhecimento científico nesses campos.

4) Prêmios: Há 21 anos a ANEFAC (Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade) realiza o Troféu Transparência e para reconhecer publicamente e homenagear as companhias que possuem mais clareza na divulgação das suas demonstrações financeiras fazem parte do objetivo do Troféu Transparência, uma iniciativa da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (ANEFAC) em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPESCAFI) e Serasa Experian. Fonte: [https://www.anefac.com.br/TrofeuTransparencia\\_internas.aspx?ID=1](https://www.anefac.com.br/TrofeuTransparencia_internas.aspx?ID=1)

5) Qualidade Educacional: Qualidade da Faculdade Fipecafi (segundo a avaliação do MEC)  
Fonte: [http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset\\_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/inep-divulga-indicadores-de-qualidade-da-educacao-superior-20-1/21206](http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/inep-divulga-indicadores-de-qualidade-da-educacao-superior-20-1/21206)

- O Conceito do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE (CE) é um indicador de qualidade calculado a partir dos desempenhos dos estudantes concluintes dos cursos de graduação no ENADE. O indicador é resultante da média ponderada da nota padronizada dos concluintes na prova de Formação Geral (10 questões, sendo 8 objetivas e duas discursivas, comum para todas as áreas avaliadas) e na Conhecimento Específico (30 questões, sendo 27 objetivas e três discursivas). Em 2015; 3,4% dos concluintes que fizeram o ENADE obtiveram o conceito 1; 26,9%, o conceito 2; 42,7%, o conceito 3; 18,8%, o conceito 4 e 5%, o conceito 5.
- A Faculdade FIPECAFI ficou empatada com a UNIFESP no 1º Lugar (levando em consideração o Conceito ENADE (Contínuo)). Obtiveram 5,0000 (em primeiro lugar com a UNIFESP que também tirou 5,0000) - Conceito MEC 5 para ENADE
- O Conceito Preliminar de Curso - (CPC) é um indicador de qualidade que agrega diferentes variáveis: resultados da avaliação de desempenho de estudantes, ou seja, o Conceito ENADE; titulação e regime de trabalho do corpo docente; percepções dos estudantes sobre a organização didático-pedagógica, infraestrutura e as oportunidades de ampliação da formação acadêmica e profissional. O indicador é calculado somente para cursos com, no mínimo, dois concluintes participantes no ENADE.
- Em 2015; 0,3% dos cursos obtiveram conceito 1; 11%, conceito 2; 57,7%, conceito 3; 26,5%, conceito 4 e 1,1%, o conceito 5.
- A Faculdade FIPECAFI ficou em 1º Lugar no Brasil, em relação ao curso de Ciências Contábeis no Conceito CPC (Contínuo). Obtiveram 4,5374 (em primeiro lugar isolado no Brasil) - Conceito MEC 5 para CPC
- O Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC) é calculado por IES e considera a média dos CPC dos cursos avaliados da instituição, no triênio de referência, ponderada pelo número de matrículas, além da média dos conceitos da avaliação trienal da Capes dos programas de pós-graduação stricto sensu, ponderada pelo número de matrículas. Para instituições sem programas de pós-graduação stricto sensu avaliados pela Capes, o IGC é a média ponderada dos CPC de seus cursos de graduação.
- Em 2015; 0,4% das IES obtiveram conceito 1; 4%, conceito 2; 67%, conceito 3; 16,6%, conceito 4 e 1,1 conceito 5.
- A Faculdade FIPECAFI ficou em 3º Lugar no Brasil, em relação ao curso a Faculdade FIPECAFI no IGC (Contínuo). Obtiveram 4,5374 (em terceiro lugar atrás do ITA e da FVG/RJ, ambas não possuem curso de Ciências Contábeis) - Conceito MEC 5 para IGC.

7.4 - A FIPECAFI é uma entidade sem fins lucrativos, constituída em 1974 por professores do Departamento de Contabilidade e Atuária (EAC) da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP) e funciona como um órgão de apoio institucional àquele, por meio de convênio celebrado com a Universidade. Essa fundação tem por objetivo desenvolver e promover a divulgação de conhecimentos da área contábil, financeira e atuarial; organizar cursos, seminários, simpósios, conferências etc.; prestar serviços de assessoria e consultoria e realizar pesquisas atendendo entidades dos setores público e privado.

7.5 - Além de ampla participação em pesquisas, a fundação apoia a publicação de livros

especializados, como o Manual de Contabilidade Societária (livro referência na área), colocando a FIPECAFI entre os principais produtores de literatura nas áreas contábil e financeira no país. Na área educacional, a fundação foi pioneira no final da década de 80 no lançamento de cursos de especialização de longa duração em Controladoria e Contabilidade, precursores dos MBAs. Em conjunto com o Departamento de Contabilidade e Atuária da FEA-USP, a FIPECAFI tem desenvolvido ações relacionadas a Normas Internacionais de Contabilidade no geral e IFRS em particular, bem como, à convergência das normas brasileiras de contabilidade ao padrão internacional (IFRS) desde a década de 70.

7.6 - A Lei nº 11.638 sancionada em 28 de dezembro de 2007 foi o marco regulatório da convergência brasileira às normas internacionais de contabilidade (IFRS). Contudo, a sua aplicação a partir do exercício de 2008 trouxe um desafio muito grande aos profissionais da área contábil no Brasil, já que a lei trouxe muitas inovações. Nesse contexto, em 2008, a fundação firmou parceria com o CFC e desenvolveu um conjunto de ações com o objetivo de disponibilizar de forma abrangente e gratuita as principais mudanças trazidas pela nova lei e seus impactos na contabilidade. Esse conjunto de ações compreendeu: Palestra Virtual com os professores Eliseu Martins e Ariovaldo dos Santos na modalidade eLearning com duas horas de duração, constituição de um Fórum de Discussão e realização de Palestras Presenciais em onze estados diferentes (<http://cfc.fipecafi.org/>).

7.7 - Importa mencionar que, desde 2007, a Fipecafi tem disponibilizado a empresas e ao público geral cursos específicos de IFRS. Atualmente, além de cursos de IFRS de curta duração e extensão, a Fipecafi também oferece, desde de 2010, curso de MBA com 364 horas e que está em sua 18ª turma. Não obstante, em 2014, o curso Extensão em IFRS e NIA foi o vencedor do *Blackboard Catalyst Award* na categoria Curso Exemplar. Esta categoria considera os cursos com melhores práticas em eLearning e o prêmio tem concorrentes de vários países. (<http://catalyst.fipecafi.org/> e <http://www.blackboard.com/consulting-training/training-technical-services/exemplary-course-program-winners.aspx>). A FIPECAFI foi a única instituição brasileira indicada (mensagem às fls. 47 e 48 do Processo SEI 08200.319877/2016-01).

7.8 - E mais, vale reforçar a participação da fundação no CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), criado pela Resolução CFC nº 1.055/05, organização que tem por finalidade emitir Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e divulgação de suas informações convergentes aos padrões internacionais. A FIPECAFI participa do CPC como membro, representando a academia, o que demonstra seu notório conhecimento na área.

## **8 – DA HABILITAÇÃO**

8.1 - Como condição de contratação, será realizado o exame da documentação referente à habilitação da Contratada, sendo verificado o eventual descumprimento das condições para contratação pela Administração Pública, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1 - SICAF;

8.1.2 - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

8.1.3 - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

8.1.3.1 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.1.4 - Certidão de comprovação da regularidade trabalhista.



## **9 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

9.1 - Executar os serviços sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, de acordo com as especificações do Projeto Básico e conforme conteúdo programático estabelecido para o curso (SEI 4855756– fls. 9-11);

9.2 - Manter durante execução dos serviços todas as condições de habilitação, incluindo a atualização de documentos de controle da arrecadação de tributos e contribuições municipais, estaduais e federais (SRF, Dívida Ativa, FGTS, CND/INSS);

9.3 - Ser responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução dos serviços;

9.4 - Levar imediatamente ao conhecimento da PF qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução dos serviços para adoção de medidas cabíveis, bem como, comunicar por escrito qualquer tipo de acidente que eventualmente venha a ocorrer;

9.5 - Prover o pessoal necessário para garantir a execução dos serviços, sem interrupção dos mesmos, seja por motivos de férias, descanso semanal, licença, falta ao serviço, demissão ou por outros motivos análogos, obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente;

9.6 - Fornecer Certificado de Conclusão aos participantes no final do evento.

## **10 – PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO**

10.1 - Na realização do evento deverá ser fornecido material de apoio e, ao final, certificado de participação na referida ação de capacitação.

10.2 - Estão previstos 39 ciclos de aprendizagem, com estimativa média de tempo de dedicação de 5h para cada ciclo. Ao longo do curso, os participantes receberão informações da organização e conteúdo dos ciclos de aprendizagem.

10.3 - O início do curso se dará mediante ajuste de datas entre a POLÍCIA FEDERAL e a FIPECAFI, com antecedência mínima de 20 dias do início do curso.

10.4 - O curso será ministrado na modalidade “online”, com carga horária de 184 horas-aula, distribuídas ao longo de 32 semanas. São cinco Módulos sequenciais organizados por assuntos correlatos, a seguir relacionados: 1) Relatórios Financeiros; 2) Ativo; 3) Obrigações, Receitas, Contratos de Construção e Concessões; 4) Grupo de Empresas e Instrumentos Financeiros; e 5) IFRS para PME.

10.5 – O Ambiente de Aprendizagem Virtual será utilizado para atividades programadas e para suportar os materiais do curso. Também serão oferecidas salas virtuais para encontros síncronos. O acesso ao curso será fornecido por meio de links enviados por email aos participantes do curso. O acesso é limitado ao tempo em que o participante estiver matriculado no curso.

10.6 – Além das ferramentas supracitadas também serão oferecidas as ferramentas de Atividade de Reflexão, Feedback, Teste de Retenção e Aulas-Chat.

10.7 - Serão contatados por e-mail pela equipe de eLearning da FIPECAFI os participantes indicados pela POLÍCIA FEDERAL.

## **11 – OBRIGAÇÕES DA POLÍCIA FEDERAL**

11.1 - Efetuar o pagamento nas condições e prazos estipulados, em relação aos serviços executados, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados a partir da data de apresentação das Notas Fiscais/Faturas discriminativas, em 02 (duas) vias, devidamente atestadas, podendo a

Polícia Federal descontar eventuais multas que tenham sido impostas a empresa contratada.

11.2 - Indicar os servidores a capacitar.

11.3 - Notificar a licitante vencedora, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos serviços executados para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

11.4 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

11.5 - Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada.

11.6 - Receber e atestar as notas fiscais referentes aos serviços executados, não permitindo serviço em desacordo com o pre-estabelecido.

## **12 – FORMA DE PAGAMENTO**

12.1 - O pagamento será efetuado à empresa no prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal/Fatura discriminativa, em 02 (duas) vias, devidamente atestadas, podendo a Polícia Federal descontar eventuais multas que tenham sido impostas à Contratada.

12.2 - Conforme consta do item 10 da Proposta (8540264), a FIPECAFI emitirá 5 (cinco) notas fiscais, em valores iguais, sempre ao final de cada um dos cinco módulos, para quitação no prazo de 30 (trinta) dias.

## **13 - PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO**

13.1 - O contrato deverá ter vigência de 1 (um) ano, a contar da data da assinatura, período suficiente para contemplar a duração do curso, que é de 32 (trinta e duas) semanas, sem contar os recessos.

## **14 – DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

14.1 - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que, no decorrer da contratação: “Inexecutar total ou parcialmente o contrato”;

14.2 - A Contratada que cometer a infração discriminada no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**a. Advertência.**

**b. Multa:**

**i. Moratória de até 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 15 (quinze) dias.**

**ii. Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.**

**c. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Polícia Federal, pelo prazo de até dois anos.**

**d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.**



## **15 – ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

15.1 - É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência da Administração à continuidade da prestação do serviço.

## **16 – VEDAÇÕES**

16.1 - É vedado à contratada:

16.1.1 - caucionar ou utilizar este Projeto Básico para qualquer operação financeira;

16.1.2 - interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

## **17 – DOS CASOS OMISSOS**

17.1 - Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/1993, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

Brasília-DF, 05 de outubro de 2018.

**RAFAEL SOUSA LIMA**

Perito Criminal Federal

Chefe do Serviço de Perícias Contábeis e Econômicas/DPER/INC/DITEC/PF

Ciente e de acordo.

**HELVIO PEREIRA PEIXOTO**

Perito Criminal Federal

Diretor do Instituto Nacional de Criminalística/DITEC/PF

## **APROVAÇÃO:**

Aprovo o presente Projeto Básico por representar a demanda da Diretoria Técnico-Científica (DITEC/PF).

Em, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**AMAURY ALAN MARTINS DE SOUZA JÚNIOR**

Perito Criminal Federal

Diretor Técnico Científico



Documento assinado eletronicamente por **MARDEN JORGE FERNANDES ROSA, Perito(a) Criminal Federal**, em 09/10/2018, às 12:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL SOUSA LIMA, Chefe de Serviço**, em 09/10/2018, às 14:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **HELVIO PEREIRA PEIXOTO, Diretor(a)**, em 17/10/2018, às 18:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **AMAURY ALAN MARTINS DE SOUZA JUNIOR, Diretor(a)**, em 19/10/2018, às 19:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **8506976** e o código CRC **8103A579**.